

O Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB da UFMG

*Carlos Magno Guimarães
Camila Fernandes de Morais*

RESUMO

O artigo apresenta a trajetória de desenvolvimento da Arqueologia Histórica no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. O ponto de partida foi o Setor de Arqueologia, então coordenado pelo professor André Prous, no final da década de 1970, quando as primeiras atividades de pesquisa foram realizadas contemplando o eixo temático em questão. São explicitados alguns dos contextos teóricos/temáticos e de atuação, que de alguma forma caracterizaram os diferentes momentos do processo de consolidação da Arqueologia Histórica na UFMG.

ABSTRACT

The article shows the path of development of Historical Archaeology in the Museum of Natural History and Botanical Garden of UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais. The beginning was the Sector of Archaeology, then coordinated by the Professor André Prous, back in the end of the 1970's, when the first activities of research were done concerning the theme. Will be explained some contexts of theory and theme, and of action, that some how feature the different moments of process of consolidation of the Historical Archaeology in UFMG.

Uma apresentação do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG exige de imediato o esclarecimento de determinados aspectos.

Em primeiro lugar, cabe o registro de que a Arqueologia Histórica no MHNJB teve início muito antes que o referido Centro tenha recebido a atual denominação, o que só ocorreu na gestão do prof. Fabrício Fernandino na direção do Museu iniciada em 2006.

Em segundo lugar, vamos nos ater às atividades desenvolvidas sob nossa coordenação porquanto em determinado momento uma equipe coordenada pelo prof. Paulo A. Junqueira atuou paralelamente na área da Arqueologia Histórica.

Finalmente é necessário destacar a criação, no ano de 1995, do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas que, desde então, vem atuando articulado ao Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB.

Entretanto, cabe também a constatação de que a Arqueologia Histórica foi introduzida em fins da década de 1970 na UFMG através do Setor de Arqueologia, coordenado na época e desde sua implantação pelo prof. André Prous. Em uma viagem ao Município de Ibiá, na Serra da Canastra, em função de um projeto de Arqueologia Pré-Histórica tivemos a oportunidade de realizar uma visita ao sítio arqueológico Quilombo do Ambrósio e constatar o potencial da Arqueologia Histórica com relação ao tema da escravidão.

Aquele certamente foi o momento em que a equipe de Arqueologia da UFMG teve seu contato com a Arqueologia



Foto 01 – Vestígio de pote cerâmico – Quilombo do Ambrósio (Ibiá-MG)

Histórica e a partir do qual o desenvolvimento desta teve início (Guimarães & Lanna, 1980).

Não por acaso foi naquele sítio que as primeiras atividades de prospecção foram realizadas posteriormente. Aqui tornam-se necessárias algumas observações para a caracterização do contexto no qual ocorreu a opção por um tema – os quilombos – e sua conexão com o potencial da Arqueologia enquanto área do conhecimento.

A década de 1960 foi caracterizada por uma destacada produção de pesquisas cujo tema central foi a Escravidão no Brasil nos períodos colonial e imperial. Dentre outros, merecem destaque Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Emilia Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso (Fernandes 1960; Ianni 1962; Costa 1966; Cardoso 1962).

O que estava em jogo naquele momento era a crítica/revisão

da perspectiva proposta por Gilberto Freyre em sua análise da realidade escravista brasileira (Freyre 1961). Naquele contexto/processo um destaque cabe à presença do marxismo enquanto referência teórica, a partir da qual as diferentes abordagens foram desenvolvidas. Evidentemente, cada autor utilizou a referida teoria através de uma perspectiva pessoal, o que permite identificar interesses por diferentes questões e formas de abordagem.

Isto não impediu, entretanto, que certo grupo fosse posteriormente identificado como sendo a Escola de Sociologia Paulista.

A perspectiva crítica proposta naquele contexto continuou pela década seguinte na qual destacamos, dentre outros, dois autores: Fernando Novais e Jacob Gorender (Novais 1979, Gorender 1978). Suas obras deixaram marcas na historiografia do escravismo tanto pela aceitação quanto pela discordância. Este último aspecto fica mais evidente com a relação a Jacob Gorender e sua abordagem a partir de uma visão acentuadamente ortodoxa do marxismo.

Em uma perspectiva mais geral, cabe ainda o registro de que a década de 1970 expressa ainda um contexto, no qual a sociedade brasileira passava pela realidade tenebrosa da ditadura civil-militar que só seria encerrada na metade da década seguinte. O que não impede que ainda hoje exista uma quantidade expressiva de vestígios daquela época, justificando o fato de que os crimes praticados em nome do “regime” permaneçam impunes e até sendo glorificados.

Com relação à Arqueologia Pré-histórica Brasileira é

necessário ressaltar que a mesma recebeu ao longo da década de 1970 um vigoroso estímulo, que se expressou inclusive na criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Foi no contexto acima referido que o Setor de Arqueologia do MHNJB voltou um de seus focos para a Arqueologia Histórica tendo como tema de referência os quilombos. Tratava-se de articular diferentes áreas de conhecimento (como a Arqueologia e a História) no sentido de potencializar os resultados da pesquisa sobre a realidade escravista.

Considerando tais aspectos é inegável o pioneirismo do Setor de Arqueologia do MHNJB ao implementar o novo campo de pesquisa. Obviamente, os problemas advindos da nova perspectiva adotada se colocaram, desde o início, como desafios a serem resolvidos e limites a serem superados. Do ponto de vista metodológico a questão era evidente. Era necessário adequar técnicas e métodos ao novo objeto de estudo.

Logicamente, a continuidade dos trabalhos de pesquisa tinha como pressuposto a resolução dos problemas que se apresentavam: tanto na diversidade de contextos analisados quanto na multiplicidade de evidências/vestigios localizados.

No final da década de 1970, um trabalho de levantamento realizado na região de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, permitiu identificar sítios arqueológicos que teriam sido locais de implantação de quilombos ou da presença de trabalho escravo e, em pelo menos dois deles, foram detectados registros rupestres realizados com o uso de tinta ou carvão. No primeiro caso, a Lapa da Garatuja e, no segundo, o Quilombo da Cabaça. Tais registros são raros, pelo menos quando se considera sua ocorrência do ponto

de vista quantitativo na região das Minas Gerais (Guimarães 1992; Guimarães e Cardoso 2001).

Ao longo de sua trajetória a Arqueologia Histórica no MHNJB diversificou sua atuação no tocante a adoção de outros temas. Isto foi implementado a partir de 1995, quando teve início o Projeto de Salvamento Arqueológico na área a ser impactada pela Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa localizada em Goiás. O desenvolvimento de projetos de salvamento/resgate foi contemplado sempre que foi evidenciada a possibilidade de abordar temas de interesse acadêmico na linha adotada pela equipe em questão.

Novamente se faz necessário explicitar uma perspectiva que, desde o início, esteve presente nos trabalhos realizados no âmbito dos dois núcleos de pesquisa (do MHNJB e da Fafich). O desenvolvimento de pesquisa documental sobre as realidades estudadas (Colônia e Império) desde o início se colocou como indispensável. Trata-se do reconhecimento de que a Arqueologia Histórica não se basta, exigindo dados provenientes de outros tipos de fontes: neste caso são documentos produzidos nos contextos históricos que provocaram o surgimento dos sítios arqueológicos estudados.

É inegável a complementaridade que apresentam os dados documentais e os vestígios arqueológicos, quando colocados frente a frente. É esta concepção que justifica os trabalhos realizados a partir de pesquisas documentais, na perspectiva evidenciada pela historiografia. Desde o início a Arqueologia Histórica desenvolvida na UFMG contemplou atividades de pesquisa documental como suporte da pesquisa arqueológica. A isto deve ser acrescentado o fato de que em muitas circunstâncias na documentação, existem

registros iconográficos, dos séculos XVIII e XIX, que dão enorme contribuição para elucidar aspectos específicos. As obras do Carlos Julião, Debret e Rugendas são exemplares neste sentido (Moura 2000; Bandeira e Lago 2007; Diener e Costa 2002).

Em se tratando da atividade minerária ao longo do denominado Ciclo do Ouro é possível afirmar que a compreensão da dinâmica dos processos extrativos adquire maior possibilidade de compreensão quando são cruzadas informações provenientes da iconografia, das fontes documentais e da Arqueologia. Em nenhuma circunstância os dados, vindos de apenas um destes tipos de fontes, seriam suficientes para esclarecer a complexidade dos processos – técnicos e/ou sociais – desenvolvidos naquela realidade.

É exemplar do que foi dito acima o caso dos “sistemas hidráulicos” implantados e utilizados na exploração do ouro de encostas, na época, denominada: grupiara. As dificuldades presentes nas áreas de relevo acidentado exigiu o desenvolvimento de técnicas que articulavam diferentes tipos de elementos como açudes, canais, cavas, mundéus, canoas etc. Tais elementos funcionavam integrados e exigiam por sua vez um trabalho coletivo articulado e com comando unificado. A compreensão do funcionamento dos grandes empreendimentos minerários tornou-se possível a partir da interação dos diferentes tipos de fontes (Guimarães 1996; Guimarães 2004).

Conectando temas que expressam aspectos da realidade escravista colonial é interessante ressaltar a ligação entre a atividade minerária e um caso de insurreição ocorrido na primeira metade do século XVIII. Diante da possibilidade de implantação de um novo sistema de cobrança dos “quintos”, em 1719, um grupo

de mineradores articulou uma insurreição que, no ano seguinte, culminou na execução de Felipe dos Santos e no incêndio na área explorada por, dentre outros, Paschoal da Silva Guimarães. O incêndio foi atribuído a uma determinação do governador Conde de Assumar como vingança contra Paschoal da Silva, identificado como líder da rebelião.

O sítio arqueológico remanescente daquele movimento – o Morro da Queimada – ainda se encontra parcialmente preservado e nele está em processo de implantação um parque, com vistas à preservação do patrimônio natural e arqueológico. Os trabalhos preliminares de delimitação foram realizados pela equipe de Arqueologia Histórica da UFMG (Guimarães & al 2004). A diversidade dos vestígios presentes na área em questão remete à complexidade do contexto e do movimento que contestava aspectos da ordem vigente¹.

Também ligado à realidade do Ciclo do Ouro existe outro complexo arqueológico que evidencia a riqueza com a qual a Arqueologia Histórica se depara no universo das Minas Gerais. Localizada no município de Itabirito, no Quadrilátero Ferrífero, está a Estação Ecológica de Aredes, na qual existe um conjunto de vestígios arqueológicos associados à atividade minerária e outras. Lamentavelmente, o impacto provocado por mineradoras no entorno do sítio destruiu partes expressivas do conjunto, o que não impede, entretanto, que o mesmo venha sendo utilizado para atividades acadêmicas de campo por alunos de diferentes cursos da

¹ No presente momento estão em curso negociações que remetem à possibilidade de parceria entre a UFMG e a UFOP para desenvolvimento de projeto relacionado ao sítio arqueológico.

UFMG². Está em curso o processo de tombamento da Estação, pelo município de Itabirito, em que pesem as pressões no sentido de que a área seja parcialmente “desafetada” para a definitiva destruição pela atividade minerária.

Continuando o trajeto pelo Ciclo do Ouro e já aproximando do



Foto 02: Sítio Arqueológico de Arêdes: Vista geral da senzala e detalhe de parede no interior (reboco apresentando marcas de dedos).

final do século XVIII, merece citação um projeto em curso apesar de alguns percalços. Trata-se de uma abordagem arqueológica da Inconfidência Mineira a partir do estudo de caso de certo número de sítios arqueológicos (ou não) remanescentes do contexto de articulação do movimento.

A perspectiva abrangente do projeto foi desenvolvida a partir de um trabalho preliminar realizado no Capão do Lana (Ouro Preto) (Guimarães & al. 2010) abrangendo posteriormente a Varginha do Lourenço e a Casa do Barão de Suassuí (Conselheiro Lafaiete), a Casa do Padre Toledo (Tiradentes) e a Fazenda Registro Velho (Barbacena). Embora em diferentes condições de conservação tais sítios confirmaram o potencial do projeto, no tocante a recuperar

² São eles os cursos de Ciências Sociais, de Ciências Socio-Ambientais e de Antropologia.

informações relacionadas ao movimento e ao contexto histórico-social no qual foi articulado. Neste caso, a contribuição da Sociedade de Arqueologia Brasileira foi extremamente relevante através de um edital que permitiu financiar parte da pesquisa³.



Foto 03: Sítio Arqueológico Capão do Lana: detalhe de parede (vão de janela).

Cabe o registro de que os sítios envolvidos até o momento no projeto da Inconfidência Mineira configuram realidades distintas, como fazendas e moradias urbanas, evidenciando um traço característico da realidade mineira colonial: a interação entre os ambientes rural e urbano, através de um sistema viário que permitia vigorosa circulação necessária à articulação do movimento.

Com relação a este aspecto merece citação o trabalho desenvolvido com apoio da Fapemig e que contemplou um

³ Embora temporariamente suspensos, os trabalhos neste sítio permitiram que fosse elaborada uma monografia de graduação no Curso de Ciências Sociais da UFMG.

segmento, localizado entre Ouro Preto e Ouro Branco, do que se convencionou chamar de Estrada Real. Os resultados atingidos vêm contribuindo para a produção de trabalhos acadêmicos (Almeida 2012 e 2015) reforçando a percepção de que o foco temático é justificável. A dinâmica da sociedade mineira colonial só se tornou possível graças à implantação de um sistema viário que possibilitava uma movimentação intensa de pessoas, produtos e ideias.

A implantação de vias de quaisquer tipos ou dimensões pressupunha investimento em recursos materiais e humanos evidenciando, para além das possibilidades de deslocamentos, as estratégias da política colonial do Império Português. Mais do que vias de trânsito de pessoas e produtos, tais elementos eram peças no intrincado jogo político do Antigo Sistema Colonial. Não por acaso, quando foi desenvolvida a articulação da Inconfidência Mineira ela contemplou o território servido pela mais expressiva malha viária da Capitania das Minas Gerais. Daí a relevância do estado de tais elementos.

Ultrapassando os limites do período colonial avançamos pela realidade do Brasil independente, onde outros temas e questões se apresentam. E no novo contexto, com destaque para a segunda metade do século XIX, dois destaques se apresentam com ampla inserção na sociedade que já começava apresentar indícios de esgotamento do sistema escravista. Trata-se do denominado Ciclo do Café e da inserção de um novo tipo de sistema viário: a ferrovia. São dois temas da Arqueologia Histórica também abordados pela equipe em questão. Também neste caso as possibilidades

de pesquisa se apresentaram no bojo de um projeto de resgate⁴ desenvolvido no vale do Rio Paraíba do Sul em áreas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Embora introduzido no Brasil na primeira metade do século XVIII é a partir do século seguinte que o produto vai adquirir a expressão comercial, que o tornou o ícone de um dos mais expressivos períodos da História do Brasil.

A segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX delimitam cronologicamente não só o denominado Ciclo do Café, mas um contexto complexo no qual se desenrola a crise do escravismo, a transição para a realidade capitalista da República e, finalmente, o fim do ciclo no qual o café adquiriu a projeção acima referida. Foi aquela realidade que recebeu a ferrovia enquanto solução para o grave problema que se colocava, no tocante ao transporte do café do interior para os pontos de embarque no litoral.

A inserção da ferrovia, enquanto produto tipicamente capitalista, no contexto da sociedade cafeicultora escravista, expressa a conexão entre esses dois universos que dela se beneficiavam: o escravista e o capitalista. É o que a pesquisa arqueológica implementada nos sítios da região confirma. A monumentalidade das fazendas cafeeiras evidencia, por um lado, a riqueza produzida e, por outro, a intensa exploração da mão de obra escrava.

Outra evidência que a arqueologia detecta no conjunto remanescente daquela realidade histórico-social, aponta para o imenso processo de degradação a que a região foi submetida, cujas consequências são, ainda hoje, parte do preço a pagar pela

⁴ Trata-se do projeto: Prospecção complementar e salvamento arqueológico na área impactada pela implantação do AHE Simplício – queda única.



Foto 04: Estação de Porto Novo do Cunha (Além Paraíba – MG)

intensa exploração do ambiente. O desenvolvimento da lavoura de café exigia desde o início, com o desmatamento, e, ao longo de toda a sua existência, uma destruição ambiental sem limites. E os resultados são grandes áreas nas quais a recuperação vegetal é inviabilizada, tal o desgaste infligido ao solo (Guimarães, Morais e Ladeia 2013). Além disso, os vestígios das antigas fazendas e das estações ferroviárias estão ali como testemunhas daquela realidade.

Finalmente, um último tema que vem sendo objeto da Arqueologia Histórica merece nossa atenção. Trata-se de uma categoria social que ao longo do tempo não tem merecido, por parte da Arqueologia, o adequado tratamento: o Campesinato.

Enquanto categoria social identificada nas mais diversas sociedades nos últimos milênios, ao campesinato pode ser atribuída

a maior longevidade na história humana. Na História do Brasil é possível constatar sua presença a partir da colonização até os dias de hoje. Entretanto, enquanto parte da estrutura social, esta categoria nunca chegou ao exercício do poder (ou se tornou dominante), a sua relevância tem sido desconsiderada pelos pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento, notadamente da Arqueologia. É necessário que tal perspectiva seja alterada para que a totalidade social possa ser apreendida em seu processo de constituição/ transformação. É o que vem sendo tentado pela equipe em foco.

Ao longo dos diferentes projetos, acadêmicos ou não, que abordam o universo rural vêm sendo possível a identificação e o tratamento de aspectos relacionados a esta categoria social (Guimarães, Nascimento e Veloso 2007). É necessário que sua presença não seja só reconhecida, mas sua inserção na dinâmica social seja resgatada enquanto agente/sujeito histórico.

À guisa de conclusão, gostaríamos de salientar que não foi nosso objetivo apresentar uma descrição completa e minuciosa de mais de três décadas de atuação na Arqueologia Histórica no contexto do MHNJB e da UFMG. Antes de tudo, é necessário evidenciar as potencialidades com as quais, ao longo deste tempo, temos trabalhado. São evidências de um pioneirismo da UFMG neste universo do conhecimento, cabendo ao leitor avaliar a sua pertinência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Anaeli Q. X. (2012). *Continuidades na mudança. Um olhar arqueológico sobre os caminhos das Minas Gerais Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fafich/UFMG (Dissertação de Mestrado).

Almeida, Anaeli Q. X. (2015). Caminho e poder: uma análise arqueológica do Caminho Novo em Minas Gerais, século XVIII. In: *Vestígios: Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica* vol. 9, nº 2. Belo Horizonte: Fafich/UFMG.

Bandeira, Júlio & Lago, Pedro Corrêa do. (2007). *Debret e o Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara.

Cardoso, Fernando Henrique. (1962). *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel.

Costa, Emilia Viotti da. (1966). *Da senzala à Colônia*. São Paulo: Difel.

Diener, Pablo & Costa, Maria de Fátima. (2002). *Rugendas e o Brasil*. São Paulo: Capivara.

Diniz, Thais. (2016). *Padre Toledo: um personagem além da Devassa*. Belo Horizonte: Fafich/UFMG (monografia/tcc).

Fernandes, Florestan. (1960). *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel.

Freyre, Gilberto. (1961). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Guimarães, C.M & Lanna, A. L. D. (1980). Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas-Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 31: 147-164.

Guimarães, C.M. (1992). Esclavitud, Rebeldia y Arte. In: Lewis, Roy Querejazu (ed). *Arte Rupestre colonial y republicano de Bolivia y países vecinos*. La Paz: SIARB.

Guimarães, C. M. (1996). Mineração, quilombos e Palmares. In: Reis, J. J. & Gomes, Flávio dos S. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras.

Guimarães, C. M & Cardoso, J. S. (2001). Arqueologia do Quilombo: Arquitetura, Alimentação e Arte (Minas Gerais). In: Moura, Clóvis (org.). *Os Quilombos*. Maceió: Edufal.

Guimarães, C. M & al. (2004). Arqueologia da mineração no Império Colonial Português (Minas Gerais – séc. XVIII). In: *As Idades Medieval e*

Moderna na Península Ibérica. Universidade de Algarves.

Guimarães, C. M & Nascimento, Evelin. L. M. & Veloso, Gabriela P. (2007). Arqueologia e Campesinato: vestígios de uma categoria social. In: *Vestígios: Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica*, v. 1, nº 1. Belo Horizonte: Fafich/UFMG.

Guimarães, C. M & al. (2008). *Levantamento Histórico-Arqueológico da Estrada Real: o Capão do Lana – Ouro Preto/MG*. Belo Horizonte: UFMG/Fapemig (Relatório Final).

Guimarães, C. M & Almeida, A. Q. X & Veloso, G. P. (2010). *Capão do Lana: dos documentos à Arqueologia*. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLVI, p. 126-141.

Guimarães, C. M & al. (2012). *Pesquisa Histórico-Arqueológica na Casa do Padre Toledo – Município de Tiradentes/MG*. Belo Horizonte: Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade (Relatório Final).

Guimarães, C. M & Morais, Camila. F & Ladeia, Anna. L. R. (2013). Escravismo, Capitalismo e Arqueologia: transição e conexão entre dois mundos (Brasil, séc. XIX/XX). In: *Vestígios: Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, nº 1. Belo Horizonte: Fafich/UFMG.

Guimarães, C. M. & al. (2014). *Prospecção arqueológica e escavação na área do Jardim da Casa do Barão de Suassuí – Conselheiro Lafaiete*. Belo Horizonte: Cooperativa Cultura (Relatório Final).

Gorender, Jacob. (1978). *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática.

Ianni, Octavio. (1962). *As metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Difel.

Moura, Carlos Eugênio M. de. (2000). *A travessia da Calunga Grande*. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp.

Novais, Fernando Antonio. (1979). *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec.

Submissão – 15/07/2016

Aprovação – 02/09/2016